



Banco
JOHN DEERE

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **2022**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondente ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022.

Resumo das Operações: o Banco John Deere S.A. tem seus esforços voltados ao financiamento de máquinas, equipamentos e peças da marca John Deere. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de novas operações de crédito no montante de R\$ 21.3 bilhões no exercício de 2022. O lucro líquido do exercício de 2022 foi de R\$ 269.383 mil.

Aspectos Econômicos e de negócio: As condições econômicas no mercado global e industrial no qual o Banco opera pode afetar diretamente o negócio, bem como a confiança de nossos clientes em função de exposição cambial e volatilidade da moeda, altas taxas de juros, inflação, clima, política e estabilidade social. O cenário projetado neste último trimestre demonstra contínuo crescimento de preços. A pandemia e, mais recentemente, a guerra na Rússia acabaram impactando toda a cadeia logística, deixando um mercado sobrecarregado e altamente desafiador. A John Deere continua trabalhando para manter o estoque de peças e insumos regularizado para suprir a crescente demanda por equipamentos e para cumprir os compromissos com seus clientes, buscando manter o equilíbrio em um cenário global desafiador para toda a indústria. O planejamento se tornou fundamental e o cliente já entende a necessidade de idealizar os investimentos e iniciarem as negociações com antecedência. O mercado agrícola no Brasil tem estimativa recorde de produção de soja em 154 milhões de toneladas métricas (MMT), 19% acima da safra do ano de 2021. A John Deere indicou que a expectativa de vendas para tratores e colheitadeiras na América Latina é de crescimento de até 5%. E também prevê aumento entre 15% e 20% em vendas líquidas de Agricultura de Precisão no ano fiscal de 2023 na região.

Aspectos Sociais: O Banco reconhece a importância do engajamento corporativo em ações de responsabilidade social, por essa razão, anualmente, destina parte de seu lucro, a projetos sociais que ajudam na redução da desigualdade social, democratização do acesso à Cultura, Educação e Esporte. Todo esse trabalho é desenvolvido através do Instituto John Deere, fundada em 2004, a qual é responsável por gerenciar os programas de desenvolvimento. Suas ações estão focadas aos seguintes pilares de atuação: Educação, Desenvolvimento de Comunidades e Combate à Fome. As doações aos projetos sociais ocorrem no segundo semestre de cada ano-calendário.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2022, os limites operacionais do Banco, que são apurados de forma consolidada, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

Ouvidoria: a missão da Ouvidoria é a de atuar como canal de comunicação entre o Banco John Deere S.A., seus clientes e os usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, assegurando a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Ativo	NE	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades	4	1.036	1.057
Aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações no mercado aberto	4	857.184	890.365
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.1	120.080	-
Relações interfinanceiras		183.194	2.504
Depósitos no Banco Central		183.194	2.504
Carteira de Crédito	5	13.626.644	8.968.887
Operações de crédito - setor privado		13.617.337	8.957.076
Outros créditos com característica de operação de crédito		9.307	11.811
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6	(354.971)	(330.747)
(Operações de Créditos)		(354.721)	(330.443)
(Outros Créditos)		(250)	(304)
Outros créditos		212.232	184.015
Ativos fiscais diferidos	13b	193.214	172.726
Diversos	7	19.018	11.289
Outros valores e bens		2.163	3.391
Outros valores e bens		1.634	2.398
Despesas antecipadas		529	993
Imobilizado de uso		4.103	4.326
Outras imobilizações de uso		7.148	6.778
(Depreciações Acumuladas)		(3.045)	(2.452)
Intangível		17.971	10.310
Ativos Intangíveis		34.142	23.853
(Amortização Acumulada)		(16.171)	(13.543)
Total do Ativo		14.669.636	9.734.108
Passivo	NE	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos	9	2.831.424	582.731
Depósitos à vista		237.071	237.185
Depósitos interfinanceiros		-	31.889
Depósitos a prazo		2.594.353	313.657
Relações interfinanceiras		-	14
Correspondentes		-	14
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	8	5.312.400	5.576.727
FINAME / BNDES		5.308.646	5.576.727
FNO - Fundo Constitucional do Norte		3.754	-
Obrigações por repasses Exterior	8	2.392.731	918.246
Obrigações por repasses do exterior em Moeda Estrangeira		2.392.731	918.246
Letras Financeiras	10a	1.883.779	715.935
Letras Financeiras		1.883.779	715.935
Letras de crédito LCA	10b	60.075	-
Letras de crédito LCA		60.075	-
Outras obrigações		185.933	185.495
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	12a	3.592	1.618
Sociais e estatutárias	12a	9.684	8.567
Passivos fiscais correntes	11	139.924	112.373
Diversas	12a	24.126	61.705
Provisão para riscos contingentes	12a	1.739	1.232
Outros Passivos	16	6.868	-
Resultados de Exercícios Futuros	16	-	4.116
Resultados de exercícios futuros		-	4.116
Patrimônio Líquido			
Capital social - de domiciliados no País	14a	886.500	836.500
Capital social - a integralizar		118.500	50.000
Reserva de capital		323	323
Reservas de lucros	14b	997.328	863.415
Outros resultados abrangentes		643	606
Total do patrimônio líquido		2.003.294	1.750.844
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		14.669.636	9.734.108

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

 para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	NE	31.12.2022		31.12.2021
		Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira				
Operações de crédito		721.707	1.183.397	846.580
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		55.648	87.668	34.815
Total		777.355	1.271.065	881.395
Despesas de Intermediação Financeira				
Operações de captação no mercado	9	(119.694)	(153.983)	(48.918)
Operações de captação com letras financeiras	10a	(123.051)	(187.570)	-
Operações de captação com letras de crédito do agronegócio	10b	(263)	(263)	-
Operações de empréstimos e repasses	8	(199.288)	(379.218)	(438.887)
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6.a	(76.942)	(93.650)	(9.285)
Total		(519.237)	(814.684)	(497.090)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		258.118	456.381	384.305
Outras Receitas e Despesas Operacionais				
Receitas de prestação de serviços	17	1.808	6.087	29.443
Rendas de tarifas bancárias		424	748	826
Despesas de pessoal	18	(27.454)	(47.999)	(42.343)
Outras despesas administrativas	19	(21.338)	(36.799)	(31.569)
Despesas tributárias		(15.123)	(26.959)	(22.240)
Provisões para riscos contingentes	12b	(783)	(700)	(284)
Outras receitas operacionais	20	1.905	54.187	47.282
Outras despesas operacionais		(441)	(723)	(760)
Total		(61.002)	(52.158)	(19.645)
Resultado Operacional		197.116	404.223	364.660
Outras receitas não operacionais		1.017	1.443	1.835
Prejuízo na alienação de valores e bens		(364)	(476)	(4.190)
Resultado Não Operacional		653	967	(2.355)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		197.769	405.190	362.305
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Provisão para imposto de renda	13	(37.594)	(129.526)	(134.168)
Provisão para contribuição social		(37.660)	(81.665)	(61.469)
Provisão para contribuição social diferidos		(33.309)	(68.378)	(57.702)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		33.375	20.517	(14.997)
Participações Estatutárias nos Lucros		(3.480)	(6.281)	(7.918)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		156.695	269.383	220.219
Lucro Líquido do Semestre/Exercício por Ação - R\$		0,18	0,31	0,18

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

 para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	NE	31.12.2022		31.12.2021
		Semestre	Exercício	Exercício
Lucro Líquido do semestre/exercício		156.695	269.383	220.219
Avaliação atuarial	21b	66	66	4.000
Efeito fiscal	21b	(30)	(30)	(1.800)
Total de resultados abrangentes do período		156.731	269.419	222.419

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

NE	Capital social realizado	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 01.01.2021	692.000	85.000	323	71.646	692.046	-	(1.594)	1.539.421
Aumento de capital	144.500	(85.000)	-	-	(70.000)	-	-	(10.500)
Aumento de capital a integralizar	14.a	50.000	-	-	(50.000)	-	-	-
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.b	-	-	-	1.596	-	-	1.596
Lucro líquido do exercício	14.b	-	-	-	-	220.219	-	220.219
Destinações:								
Dividendos	14.c	-	-	-	-	(2.092)	-	(2.092)
Reserva legal	14.b	-	-	11.011	-	(11.011)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	207.116	(207.116)	-	-
Outros eventos:								
Ajustes de avaliação atuarial	21.b	-	-	-	-	-	2.200	2.200
Saldos em 31.12.2021	836.500	50.000	323	82.656	780.759	-	606	1.750.844
Saldos em 01.01.2022	836.500	50.000	323	82.656	780.759	-	606	1.750.844
Aumento de capital	14.a	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-
Aumento de capital a integralizar	14.a	-	118.500	-	(135.000)	-	-	(16.500)
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.a	-	-	-	2.092	-	-	2.092
Lucro líquido do exercício	14.b	-	-	-	-	269.383	-	269.383
Destinações:								
Reserva legal	14.b	-	-	13.469	-	(13.469)	-	-
Dividendos	14.c	-	-	-	-	(2.559)	-	(2.559)
Reserva estatutária	-	-	-	-	253.355	(253.355)	-	-
Outros eventos:								
Ajustes de avaliação atuarial	21.b	-	-	-	-	-	36	36
Saldos em 31.12.2022	886.500	118.500	323	96.125	901.203	-	642	2.003.294
Saldos em 01.07.2022	836.500	50.000	323	82.656	782.847	112.688	607	1.865.623
Aumento de capital	14.a	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-
Aumento de capital a integralizar	14.a	-	118.500	-	(135.000)	-	-	(16.500)
Lucro líquido do semestre	14.b	-	-	-	-	156.695	-	156.695
Destinações:								
Dividendos	14.c	-	-	-	-	(2.559)	-	(2.559)
Reserva legal	14.b	-	-	13.469	-	(13.469)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	253.355	(253.355)	-	-
Outros eventos:								
Ajustes de avaliação atuarial	21.b	-	-	-	-	-	36	36
Saldos em 31.12.2022	886.500	118.500	323	96.125	901.203	-	643	2.003.294

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

 para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	NE	31.12.2022 Semestre	31.12.2021 Exercício	31.12.2021 Exercício
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido ajustado		249.911	407.431	229.472
Lucro líquido do semestre / exercício		156.695	269.383	220.219
Ajustes ao lucro líquido		93.216	138.048	9.253
Provisão benefício empregados		358	797	2.967
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12b	783	700	284
Efeito de variação cambial com partes relacionadas		46.381	59.798	(18.936)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	(33.375)	(20.517)	14.997
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		76.942	93.650	9.285
Depreciações e amortizações		2.127	3.620	656
Variação de Ativos e Obrigações				
Redução (aumento) em relações interfinanceiras		(118.265)	(180.676)	3.023
Redução (aumento) em operações de crédito	5	(4.158.623)	(5.302.437)	(883.973)
Juros recebidos em operações de crédito		241.308	668.902	477.873
Redução (aumento) em outros créditos	7	(4.056)	(7.697)	984
Redução (aumento) em outros valores e bens		758	1.228	12.738
Aumento (redução) em depósitos	9	1.799.779	2.248.693	(76.906)
Aumento (redução) em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)	8	985.677	8.261	(182.642)
Juros pagos em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)		(27.234)	(272.588)	(248.793)
Aumento em emissão de títulos (letras financeiras)	10a	195.084	1.167.843	414.358
Aumento em emissão de títulos (LCA)	10b	60.075	60.075	-
Aumento (redução) em outras obrigações		(39.306)	5.355	150.716
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros		-	-	(3.342)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.745)	(124.760)	(125.746)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(836.637)	(1.320.369)	(232.240)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizado de uso e intangível		(2.255)	(7.440)	(6.420)
Caixa líquido proveniente da (utilizado nas) atividades de investimentos		(2.255)	(7.440)	(6.420)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		1.155.201	1.461.171	(82.748)
Juros pagos em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		(33.385)	(46.484)	(83.884)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		1.121.817	1.414.687	(166.632)
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	4	695.375	891.422	1.296.713
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	4	978.300	978.300	891.422
Variação do caixa e equivalente no período		282.925	86.878	(405.291)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

1. Contexto Operacional:

O Banco John Deere S.A. ("Banco") é um Banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. Sua sede é na Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado, s/n, km 57,5, Indaiatuba - SP. As operações de crédito do Banco referem-se basicamente a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da John Deere Brasil Ltda. ("Controladora") visando ao fomento da venda de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, emanadas das normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil nº 6.404/76 e respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN. As normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão aplicadas somente quando aprovadas pelo BACEN em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, o Banco na elaboração de suas demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamento	Descrição Pronunciamento	Homologação BACEN
CPC 00 (R2)	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Homologado pela Res. CMN nº 4.924/21;
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Homologado pela Res. CMN nº 3.566/08;
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Homologado pela Res. CMN nº 4.524/16;
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Homologado pela Res. CMN nº 3.604/08;
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	Homologado pela Res. CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	Homologado pela Res. CMN nº 3.750/09;
CPC 06 (R2)	Arrendamentos (Vigência a partir de 2025)	Homologado pela Res. CMN nº 4.975/21;
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	Homologado pela Res. CMN nº 3.989/11;
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Homologado pela Res. CMN nº 4.007/11;
CPC 24	Evento Subsequente	Homologado pela Res. CMN nº 3.973/11;
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Homologado pela Res. CMN nº 3.823/09;
CPC 27	Ativo Imobilizado	Homologado pela Res. CMN nº 4.535/16;
CPC 33	Benefícios a Empregados	Homologado pela Res. CMN nº 4.877/20;
CPC 41	Resultado por Ação	Homologado pela Res. CMN nº 3.959/19;
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	Homologado pela Res. CMN nº 4.748/19;
CPC 47	Receita de contrato com cliente	Homologado pela Res. CMN nº 4.924/21;
CPC 48	Instrumentos Financeiros - (Vigência a partir de 2025)	Homologado pela Res. CMN nº 4.966/21;

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.720/19, Resolução BCB nº 2/20, Circular BCB nº 3.959 e alterações posteriores, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações financeiras seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos.

a) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros:

i. Resolução CMN nº 4.966: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção.

ii. Resolução CMN nº 4.975: de 16 de dezembro de 2021 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção.

iii. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção. Em 23/03/2023 a Diretoria do Banco autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:

3.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata temporis" até a data do balanço. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez com vencimento na data da aplicação menores do que 90 dias. As aplicações financeiras possuem o objetivo de atender compromissos de curto prazo, são contratadas com prazo de resgate de até 07 dias da data da aplicação, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até as datas dos balanços.

3.3. Operações de crédito: As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando efetivamente recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

3.4. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Constituída em montante julgado suficiente pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações de crédito, dos riscos específicos e globais da carteira. Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e legislação complementar, o Banco classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor considerando a qualidade do devedor e da operação. A referida Resolução requer que seja constituída provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa equivalente, no mínimo, ao total produzido pela aplicação de percentuais específicos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

3.5. Imobilizado de uso e intangível: É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação/amortização acumulada e, ajustados por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, estimada em: móveis, utensílios, máquinas e equipamentos de uso - 10% e para veículos e sistema de processamento de dados - 20%.

3.6. Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros: A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por ("impairment"), quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Não foram observados ajustes relevantes que possam comprometer a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2022. Os ativos não financeiros mantidos para venda são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

3.7. Obrigações por empréstimos e repasses: As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. O Banco reclassifica, quando aplicável, os saldos credores apresentados por contas de natureza devedora, decorrentes do registro de variação cambial incidente sobre operações passivas de repasses externos, para a rubrica "Outras rendas operacionais" no resultado.

3.8. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): A provisão do IRPJ é registrada pelo regime de competência, bem como calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual, excedente a R\$ 240 mil. A provisão para CSLL, deverá ser calculada à alíquota de 20% até 31 de julho de 2022, sendo alterada para 21% durante o período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, de acordo com o disposto na Medida Provisória nº 1115/2022. À vista da sanção dessa Medida Provisória, qual dispôs acerca da majoração da alíquota de CSLL para 21% no período de Agosto a Dezembro de 2022, o ativo fiscal diferido a ser calculado e reconhecido até 31 de dezembro de 2022, será apurado considerando a expectativa de realização desse ativo por mês-calendário. A partir do novo ano calendário de 2023, a alíquota da CSLL volta a ser 20%.

3.9. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma: Provisões para riscos - são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados os classificados como perda remota.

3.10. Participação dos empregados: A participação dos empregados no resultado é calculada sobre o lucro do período, sendo paga anualmente.

3.11. Benefícios a empregados: Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15 com vigência a partir de 01.01.2016. Com a adoção desse pronunciamento, os ganhos e as perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (ajustes de avaliação patrimonial), líquido dos efeitos tributários. Os ganhos ou perdas decorrentes de mensurações atuariais do valor líquido de passivo ou ativo de planos de benefício definido, são registrados no patrimônio líquido, sem efeitos sobre o resultado anualmente.

3.12. Resultado de exercícios futuros: Entende-se por receita de exercícios futuros aquela recebida antes do cumprimento da obrigação que lhe deu origem, sobre os quais não haja nenhuma perspectiva de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende, apenas, da fluência do prazo. O Banco reconhece a receita de exercícios futuros para os contratos em que há recebimento de subsídio de taxa conforme Circular BACEN nº 1.273/87.

3.13. Demonstração dos fluxos de caixa: É elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/08, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Transações que não afetam o caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Banco registrou eventos que não envolveram uso de caixa ou equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Transação	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos a pagar	2.559	2.092
(-) Estorno de dividendos a pagar	(2.092)	-
(-) Juros sobre capital próprio a pagar	(93.500)	(59.500)
Capital Social	93.500	59.500

3.14. Lucro por ação: O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 236/22. O Lucro por ação está apresentado nas "Demonstrações de Resultado" do semestre e exercício.

3.15. Estimativas Contábeis: As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas utilizadas são aquelas que a Administração julga serem as que melhor refletem os saldos de suas operações, e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e revisados. Os principais grupos de Balanço impactados pelas estimativas contábeis são:

- Provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- Créditos tributários;
- Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3.16. Resultados recorrentes e não-recorrentes: De acordo com a resolução BCB nº 2 art. 34 é requerida a abertura de resultado recorrente e não recorrente. Para fins dessa demonstração financeira e conforme definição do BACEN considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Como política interna, o Banco estabelece uma análise no menor nível de conta contábil para identificação de efeitos no resultado que contenham as características anteriormente mencionadas. Quando identificado tais eventos os mesmos são considerados como não recorrentes.

Quanto a mensuração, o valor considerado como não recorrente é o efeito no resultado na data original do seu lançamento.

	31.12.2022			31.12.2021		
	Resultado Recorrente	Resultado Não-Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado Não-Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	1.271.067	-	1.271.067	881.395	-	881.395
Despesas de Intermediação Financeira	(814.682)	-	(814.682)	(497.090)	-	(497.090)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	456.385	-	456.385	384.305	-	384.305
Receitas de prestação de serviços	6.086	-	6.086	29.443	-	29.443
Rendas de tarifas bancárias	748	-	748	826	-	826
Despesas de pessoal (a)	(48.000)	-	(48.000)	(42.180)	(165)	(42.345)
Outras despesas administrativas	(36.799)	-	(36.799)	(31.567)	-	(31.567)
Despesas tributárias	(26.959)	-	(26.959)	(22.242)	-	(22.242)
Provisões para riscos contingentes	(699)	-	(699)	(285)	-	(285)
Outras receitas operacionais	54.187	-	54.187	47.282	-	47.282
Outras despesas operacionais	(724)	-	(724)	(760)	-	(760)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(52.161)	-	(52.161)	(19.483)	(165)	(19.648)
Resultado Operacional	404.224	-	404.224	364.822	(165)	364.657
Resultado Não Operacional	967	-	967	(2.351)	-	(2.355)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	405.191	-	405.191	362.471	(165)	362.302
Imposto de Renda e Contribuição Social	(129.527)	-	(129.527)	(134.168)	-	(134.168)
Participações Estatutárias nos Lucros	(6.281)	-	(6.281)	(7.918)	-	(7.918)
Lucro Líquido do Exercício	269.383	-	269.383	220.381	(165)	220.216

a) Despesas com o Plano de Demissão Voluntária estabelecido pela John Deere Brasil e o Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Rendimento (a.a)	Vencimento	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Disponibilidades:				
Reserva no BACEN			1.036	1.057
Aplicações interfinanceiras de liquidez:				
Letras Financeiras do Tesouro	13,63 % a 13,64%	Jan.23	323.037	289.986
Letras do Tesouro Nacional	13,6 % a 13,65%	Jan.23	534.147	472.381
Notas do Tesouro Nacional	13,10 % a 13,15%		-	127.998
DI		Jan.23	120.080	-
Total Caixa e equivalentes de caixa			978.300	891.422

4.1. Relações Interfinanceiras:

	Rendimento (a.a)	Vencimento	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Relações interfinanceiras:				
Depósito Voluntário BACEN	100% CDI	Jan.23	179.730	-
Banco Central - Outros Depósitos		Jan.23	3.464	2.504
Total Relações interfinanceiras			183.194	2.504

5. Carteira de Crédito:

As operações de crédito referem-se, basicamente, a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da Controladora para compra de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.

A posição da carteira de crédito está composta também, por financiamentos e valores a receber de devedores por compra de BNDU, como segue:

a) Diversificação por vencimento:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas:				
Até 14 dias	925	0,01	694	0,01
De 15 até 60 dias	7.586	0,06	5.839	0,07
Acima de 60 dias	25.801	0,19	24.421	0,27
	34.312	0,25	30.954	0,35
A vencer:				
Até 90 dias	3.435.372	25,21	670.979	7,48
De 91 até 360 dias	3.019.657	22,16	2.417.052	26,95
Acima de 360 dias	7.137.303	52,38	5.849.902	65,22
	13.592.332	99,75	8.937.933	99,65
Total	13.626.644	100	8.968.887	100
			31.12.2022	31.12.2021
<u>Circulante</u>				
Operações de crédito - setor privado			6.486.800	3.116.373
Outros créditos com característica de operação de crédito			2.541	2.611
<u>Não circulante</u>				
Operações de crédito - setor privado			7.130.537	5.840.703
Outros créditos com característica de operação de crédito			6.766	9.199
Total			13.626.644	8.968.887

b) Diversificação por tipo de cliente e atividade econômica

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
Pessoa Jurídica	5.659.384	41,53	2.158.420	24,07
Pessoa Física	7.967.260	58,47	6.810.468	75,93
Total	13.626.644	100	8.968.887	100
			31.12.2022	31.12.2021
			% sobre o total da carteira	% sobre o total da carteira
Agropecuário	11.530.113	84,61	7.917.645	88,28
Construção	2.096.531	15,39	1.051.243	11,72
Total	13.626.644	100	8.968.887	100

c) Diversificação por nível de concentração:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
Principal devedor	387.220	2,84	147.130	1,64
20 maiores devedores	3.286.713	24,12	1.124.806	12,54
Demais devedores	9.952.711	73,04	7.696.951	85,82
Total	13.626.644	100	8.968.887	100

d) Diversificação por moedas e indexadores:

	31.12.2022	31.12.2021
Juros prefixados	10.753.442	7.612.676
Dólar norte-americano (US\$)	2.359.852	880.984
Outros	513.350	475.227
Total	13.626.644	8.968.887

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

e) Renegociações de crédito:

	31.12.2022	31.12.2021
Renegociações ¹	141.117	71.205
Total	141.117	71.205

¹ Renegociações: total de renegociações de operações da carteira ativa do Banco.

f) Recuperação de crédito por restabelecimento:

	31.12.2022	31.12.2021
	Semestre	Exercício
Recuperação de crédito por restabelecimento:	48.321	64.542
Total	48.321	64.542

¹ Recuperação de crédito por restabelecimento¹: operações anteriormente levadas para "Prejuízo", de acordo com as premissas estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99 que foram restabelecidas e reconhecidas pelo regime de caixa.

6. Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito:

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito está composta como segue:

a) Movimentação do período:

	31.12.2022	31.12.2021
	Semestre	Exercício
Provisão no início do exercício	282.438	330.747
Constituição com efeito em resultado	76.942	93.650
Constituição por reativação de operações restabelecidas	19.804	3.697
Baixas a prejuízo	(24.213)	(41.102)
Provisão no fim do exercício	354.971	330.747
	31.12.2022	31.12.2021
Circulante		
Operações de crédito	153.446	136.411
Outros créditos - devedores por compra de valores e bens	69	71
Não circulante		
Operações de crédito	201.275	194.033
Outros créditos - devedores por compra de valores e bens	181	233
Total	354.971	330.747

b) Níveis de risco e provisão:

Nível de risco	Percentual de provisão mínimo - nº 2.682/99	31.12.2022		31.12.2021	
		Valor da carteira	Valor da provisão	Valor da carteira	Valor da provisão
AA	-	1.591.505	-	827.107	-
A	0,50%	4.405.362	22.027	2.247.216	11.237
B	1,00%	3.684.203	36.842	2.654.047	26.540
C	3,00%	3.599.797	107.994	2.864.491	85.935
D	10,00%	118.127	11.813	130.990	13.099
E	30,00%	47.751	14.325	33.039	9.912
F	50,00%	25.153	12.577	48.946	24.473
G	70,00%	17.842	12.489	11.664	8.165
H	100,00%	136.904	136.904	151.387	151.387
Total		13.626.644	354.971	8.968.887	330.747

7. Outros Créditos - Diversos:

	31.12.2022	31.12.2021
Valores a receber intercompany (NE 15b)	15.457	10.496
Depósitos judiciais	-	85
Adiantamento de salários	2.297	642
Outros	1.264	65
Total	19.018	11.289

8. Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Repasses do país - Instituições Oficiais	Remuneração	Condições de Amortização	31.12.2022			31.12.2021	
			Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
FINAME / BNDES	Pós-fixada: 0,95% a 3,5% a.a. + Indexador Pré-fixada: 0,5% até 16,69% a.a.	parcelas vincendas até Abril de 2026	63.931	1.534.562	3.710.153	5.308.646	5.576.727
FNO - Fundo Constitucional do Norte	Pré-fixada: 2,83%	parcelas vincendas até fev de 2029	-	-	3.754	3.754	-
Repasses do Exterior	Pré-fixada: (1,82% a.a. a 8,04% a.a.) ou Libor	parcelas vincendas até Outubro de 2027	1.566	546.433	1.844.732	2.392.731	918.246
John Deere Capital Corporation			1.566	546.433	1.844.732	2.392.731	918.246
Total			65.497	2.080.995	5.558.639	7.705.131	6.494.973

(1) Indexadores: SELIC, TJLP e IPCA.

(2) Operações atreladas ao dólar norte-americano (US\$).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as despesas com obrigações por empréstimos e repasses foram de R\$ 379.218 e R\$ 438.887 no exercício findo 2021.

Observa-se uma redução nas linhas de créditos do BNDES por escassez de recursos.

Consequentemente, verifica-se uma migração de operações de crédito para dólar e recursos próprios.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

9. Depósitos:

Vencimento	Depósitos à vista ¹		Depósitos a prazo ²		Depósitos Interfinanceiros ³		Total	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Sem vencimento	237.071	237.185	-	-	-	31.889	237.071	269.074
Até 360 dias	-	-	725.474	-	-	-	725.474	-
Acima de 360 dias	-	-	1.868.879	313.657	-	-	1.868.879	313.657
Total	237.071	237.185	2.594.353	313.657	-	31.889	2.831.424	582.731

Composição por vencimento:

¹ Depósitos à vista: Operações não indexadas.

² Depósitos a prazo: Operações pós fixadas em taxa CDI.

³ Depósitos interfinanceiros: operações pré-fixadas.

No exercício findo 31 de dezembro de 2022 a despesa com captação no mercado foi de R\$ 153.983 e R\$ 48.918 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Captações:
a) Letras Financeiras:

Letras Financeiras	Remuneração	Condições de amortização	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	31.12.2022	31.12.2021
					Total	Total
Emissão 23.09.2021	1,05% a.a. + 100% CDI	03/10/2023	259.418	-	259.418	-
Emissão 23.09.2021	1,20% a.a. + 100% CDI	23/09/2024	-	467.137	467.137	-
Emissão 23.09.2021	1,30% a.a. + 100% CDI	-	-	-	-	329.958
Emissão 23.09.2021	1,50% a.a. + 100% CDI	-	-	-	-	385.977
Emissão 04.05.2022	0,95% a.a. + 100% CDI	14/05/2024	-	301.906	301.906	-
Emissão 04.05.2022	1,10% a.a. + 100% CDI	05/05/2025	-	387.715	387.715	-
Emissão 04.05.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	04/05/2026	-	275.491	275.491	-
Emissão 08.09.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	08/09/2026	-	17.448	17.448	-
Emissão 08.09.2022	0,95% a.a. + 100% CDI	09/09/2024	-	17.377	17.377	-
Emissão 08.09.2022	1,10% a.a. + 100% CDI	08/09/2025	-	17.385	17.385	-
Emissão 03.11.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	03/11/2026	-	8.182	8.182	-
Emissão 08.11.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	09/11/2026	-	20.422	20.422	-
Emissão 08.11.2022	0,90% a.a. + 100% CDI	07/11/2024	-	20.410	20.410	-
Emissão 08.11.2022	1,10% a.a. + 100% CDI	07/11/2025	-	20.416	20.416	-
Emissão 14.12.2022	0,95% a.a. + 100% CDI	13/12/2024	-	70.472	70.472	-
			259.418	1.624.361	1.883.779	715.935

O Banco realizou emissão pública de letras financeiras totalizando a captação de R\$ 944.400. No 2º semestre de 2022 foram realizadas novas emissões públicas de letras financeiras com características "bilaterais" no montante de R\$ 192.111. No semestre e exercício findo 31 de dezembro de 2022 as despesas com captações de letras financeiras no mercado foi de R\$ 64.519 e R\$ 187.570 respectivamente e R\$ 27.670 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) LCA - Letras de Crédito Agronegócio: Em dezembro de 2022 o banco passou a ofertar ao mercado Letras de Crédito Agronegócio.

Variação %	Condições de amortização	Acima de 12 meses	31.12.2022	31.12.2021
			Total	Total
96% CDI	Dez/2024	1.887	1.887	-
100% CDI	Dez/2024	58.188	58.188	-
		60.075	60.075	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as despesas com captações de letras de crédito do agronegócio no mercado foram de R\$ 263.

11. Outras Obrigações - Passivos fiscais correntes:

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão Imposto de Renda	57.465	44.139
Provisão Contribuição Social	53.220	45.751
Outros impostos	29.239	22.483
Total	139.924	112.373

12. Outras obrigações:
a) Diversas:

	31.12.2022	31.12.2021
Valores a repassar/ com entidades do grupo (nota 15)	5.384	45.661
Provisão para riscos contingentes (b)	1.739	1.232
Benefícios pós-emprego (nota 16B)	5.821	5.090
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	7.533	7.485
Cobrança a classificar (2)	5.388	3.357
Provisão para participação nos lucros (PLR) (4)	7.125	6.477
Dividendos a Pagar (3)	2.559	2.092
Credores Diversos	3.592	1.728
Total	39.141	73.122
Circulante	31.581	66.800
Exigível a longo prazo	7.560	6.322

¹ Provisões relativas a despesas com pessoal e administrativas.

² Transações cujo processo de identificação dos beneficiários se encontrava em andamento na data dos balanços.

³ Dividendos a pagar.

⁴ Provisão para participações nos lucros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

b) Provisão para passivos contingentes: Os saldos de provisões para riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais constituídos com probabilidade de perda e as respectivas movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a seguir:

	Cíveis	Contingências Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	865	-	367	1.232
Constituições, líquidas de reversões	488	311	(99)	700
Reversões por pagamento	-	-	(194)	(194)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.353	311	74	1.739

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam ações avaliadas com probabilidade possível de perda.

Ações Fiscais: ISS - Sobre Serviços Prestados. Durante o ano de 2022, o Banco John Deere passou por um processo de fiscalização da Prefeitura de Indaiatuba no que tange Imposto sobre serviços (ISS). Após finalização do processo de fiscalização, houve autuação relacionada aos serviços tomados e prestados, do qual, protocolamos defesas perante a Fazenda Municipal de Indaiatuba. Sob o aspecto dos serviços tomados, consideramos que a contingência é "possível" (chances de êxito em 50%), tendo em vista que temos argumentos mais sólidos a serem discutidos visando afastar as cobranças, com melhores repercussões na jurisprudência atual. Quanto aos serviços prestados, temos discussões com risco "possível" (chance de êxito em 60%) e "provável" (ou "êxito remoto"). Classificamos como "perda provável" a matéria relacionada ao valor remanescente de R\$ 311 de valores realmente não tributados relacionados ao ISS. Com relação ao risco "possível", destacamos a matéria relacionada aos valores recolhidos (ISS) com erro de declaração, além dos valores não considerados no processo, que se referem a reclassificação contábil e/ou reversão de receitas, que juntos representam o total de R\$ 2.167.

Ações Cíveis: Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a descerto comercial, alegação de defeito no bem financiado, alegação de prejuízo decorrente de produtos e serviços oferecidos ou não pelo BJD.

13. Tributos:
a) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL):

	Semestre	31.12.2022	31.12.2021
		Exercício	Exercício
Resultado antes do IRPJ e CSLL, após PLR	194.290	398.910	354.382
IRPJ à alíquota de 15%	(29.142)	(59.836)	(53.158)
IRPJ à alíquota de 10%, sobre adicional	(19.417)	(39.867)	(35.415)
CSLL à alíquota de 20%	(5.983)	(46.907)	(43.734)
CSLL à alíquota de 21%	(34.519)	(34.519)	(33.929)
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(89.061)	(181.129)	(166.237)
Incentivo fiscal	2.818	2.934	3.200
Diferenças permanentes	49.327	49.342	32.072
Efeito da constituição/reversão da majoração da alíquota da CSLL	(678)	(673)	(3.204)
Despesa de IRPJ e CSLL	(37.594)	(129.526)	(134.168)

b) Ativos Fiscais Diferidos:
I) Origem dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos:

	IRPJ	CSLL	31.12.2022	31.12.2021
			Total	Total
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	88.680	70.944	159.624	148.700
Créditos baixados para perda não dedutíveis temporariamente	13.912	11.130	25.042	16.778
Rendas antecipadas	1.717	1.374	3.091	1.852
Plano de benefícios a empregados	1.455	1.164	2.169	2.291
Outros	1.541	1.297	2.838	3.105
Total	107.305	85.909	193.214	172.726

II) Movimentação dos Ativos fiscais diferidos:

	Semestre	31.12.2022	31.12.2021
		Exercício	Exercício
Saldo no início do exercício	159.869	172.726	189.524
Constituição de crédito tributário, líquida	34.021	21.160	(13.594)
Efeitos da lei 14.183/2021, de 14 de julho de 2021*	(676)	(673)	(3.204)
Saldo no fim do exercício	193.214	193.214	172.726

(* Efeito da constituição da majoração da alíquota CSLL (de 20% para 21% - nota nº 13.a).

III) Previsão de realização dos créditos tributários: Os créditos são registrados por seus valores nominais, sendo que, sua realização em períodos futuros é diretamente relacionada à consequente realização das diferenças temporárias que impactaram apuração dos tributos sobre o lucro. Ao passo que esse ativo é realizado, teremos o correspondente impacto na apuração do IRPJ e CSLL nos períodos subsequentes, observada a redução dos valores a serem recolhidos. Demonstramos a seguir, a projeção da expectativa de realização desse ativo anualmente.

2023	92.793
2024	44.514
2025	27.050
2026	17.354
2027	7.536
Até 2028	3.966
Total	193.214

O valor presente do crédito tributário em 31.12.2022 é de R\$ 153.576, calculado com base na taxa média de captação de 12,25 % ao ano.

14. Patrimônio Líquido:

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social estava representado por 886.500 de ações no valor nominal de R\$1,00 cada uma. A Controladora John Deere Brasil Ltda. possui a totalidade das cotas do capital social do Banco e 836.500 findo em 2021. Em 05.09.2022 o Banco apresentou a proposta de orçamento de capital para o ano de 2021, submetida à aprovação na Assembleia Geral Extraordinária para aumentar o capital social em R\$ 50.000. O aumento de capital foi totalmente integralizado mediante as capitalizações de recursos provenientes de parte das reservas estatutárias de exercícios anteriores, observado no disposto na Lei das S.A. Em 21 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a distribuição a título de remuneração de capital próprio a controladora John Deere Brasil Ltda. no valor de R\$ 110.000 do montante distribuído foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, perfazendo um total líquido de R\$ 93.500 sendo deliberado em sua totalidade pela Assembleia de que o valor será pago a controladora, utilizado para aumento de capital no Banco, ainda à integralizar.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

b) Reserva de lucros: Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas "Legal" e "Estatutária". Com o objetivo de garantir a integridade do capital social, 5% do lucro líquido apurado é destinado para constituição da "Reserva legal", que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da "Reserva legal" e destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, é então destinado à constituição de outras reservas, permanecendo nessa condição até que a Assembleia delibere por sua destinação. Em 27 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a retenção da totalidade do lucro e da não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$2.092. O Banco submeterá à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente de reserva de lucros do ano calendário 2022, conforme requerido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/76. O Banco apresentou a proposta de orçamento de capital para o ano de 2023, para aumentar o capital social em R\$ 25.000. Essa proposta será apreciada em assembleia geral extraordinária no primeiro semestre de 2023. O aumento de capital será totalmente integralizado mediante as capitalizações de recursos provenientes de parte das reservas estatutárias de exercícios anteriores, observado no disposto na Lei das S.A.

c) Distribuição de Dividendos: Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social de 1%, calculado após destinação das reservas legais. Em 31.12.2022, foi provisionado o montante de R\$ 2.559 a título de dividendo mínimo obrigatório à controladora John Deere Brasil Ltda. (R\$2.092 em 31.12.2021, posteriormente revertido e destinado para reserva estatutária - nota 14b). No exercício findo em 31.12.2022 não houve distribuição de dividendos adicionais.

15. Transações com Partes Relacionadas:

a) Entidades controladoras: A Controladora imediata do Banco é a John Deere Brasil Ltda., sendo sua controladora final a entidade Deere & Company localizada nos Estados Unidos.

b) Transações com entidades do grupo:

	Ativo (Passivo)		Receitas (despesas)		
	31.12.2022	31.12.2021	Semestre	31.12.2022 Exercício	31.12.2021 Exercício
Depósitos à vista					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(92.187)	(175.587)	-	-	-
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda (c)	(31.602)	(22.439)	-	-	-
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda (c)	(17.273)	-	-	-	-
John Deere Escavadeiras	(43.345)	-	-	-	-
Total	(184.406)	(198.026)	-	-	-
Depósito a prazo (1)					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(2.470.949)	(252.380)	(28.130)	(139.639)	(17.463)
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda (c)	(5.755)	(5.121)	(277)	(634)	(121)
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda (c)	(66.767)	(56.156)	(2.101)	(5.083)	(1.237)
Dealer CDB (c)	(25.040)	-	-	-	-
John Deere Escavadeiras	-	-	(717)	(717)	-
UNIMIL	(25.841)	-	(1.441)	(1.441)	-
Total	(2.594.353)	(313.657)	(32.665)	(147.514)	(18.821)
Dividendos a pagar (Nota nº 14)					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(2.559)	(2.092)	-	-	-
Total	(2.559)	(2.092)	-	-	-
Outros ativos/ receitas (5)					
John Deere Brasil Ltda. (a)	9.531	6.421	7.860	13.364	7.599
John Deere Credit Companhia Financeira S.A (c)	4.937	3.650	843	1.604	3.181
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda (c)	-	-	-	-	6
John Deere Financial Mexico S.A (c)	174	262	723	1.341	2.540
John Deere Escavadeiras (c)	469	-	-	-	-
Total	15.457	10.499	9.426	16.308	13.326
Outros passivos/ despesas (2) (Nota nº 12)					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(1.105)	(40.203)	(866)	(2.104)	(2.009)
John Deere Financial (b)	(4.279)	(5.459)	(4.861)	(10.823)	(2.008)
Total	(5.384)	(45.661)	(5.727)	(12.927)	(4.017)
Receitas subsidiadas (3)					
John Deere Brasil Ltda. (a)	(6.449)	-	66.299	232.662	44.010
PL.A Maquinas Pulveriz e Fertiliz S.A (c)	(0)	-	551	3.169	432
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda (c)	(419)	-	1.949	4.987	2.094
Total	(6.868)	-	68.799	240.818	46.536
Obrigações por repasses do exterior (4)					
John Deere Capital Corporation (b)	(2.392.731)	(918.246)	(17.995)	(55.417)	(138.087)
Total	(2.392.731)	(918.246)	(17.995)	(55.417)	(138.087)

(a) Controladora. (b) Controladora Indireta. (c) Ligada.

(1) Operações pós fixada em CDI (depósitos a prazo) e prefixadas (depósitos interfinanceiros). (2) O saldo passivo é representado basicamente por recursos recebidos de concessionários por contratações com a John Deere Brasil Ltda., cujo repasse é realizado em D+1 contados a partir da data do recebimento. A despesa refere-se as cobranças com suporte de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados. (3) O saldo passivo refere-se aos resultados de exercícios futuros, não se trata de uma exigibilidade para com a entidade do grupo. (4) Saldos incluem impacto da variação cambial. (5) O saldo refere-se a valores a receber de reembolso de despesas com funcionários expatriados e reembolso de Serviços Compartilhados.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades do Banco. A divulgação a seguir refere-se a despesa com a remuneração dos Diretores do Banco durante o exercício findo 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

	31.12.2022	31.12.2021
Benefícios de curto prazo a administradores	5.504	5.972
Outros benefícios de longo prazo ¹	279	292
Total	5.782	6.264

(1) Plano de benefício definido cuja intenção de resgate é de longo prazo.

d) Garantias: Em 31 de dezembro de 2022 o saldo em garantias fornecida pela Controladora para operações de crédito representavam o montante de R\$ 50.761 e R\$ 78.671 em 31.12.2021.

	31.12.2022	31.12.2021
Convênios Operacionais	50.761	78.671
Total	50.761	78.671

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

16. Outros Passivos - (Resultados de Exercícios Futuros):

Representam o saldo de receita de taxa de juros subsidiada pela Controladora e Ligadas, o qual foi recebido antecipadamente e será apropriado ao resultado, conforme prazo do contrato de financiamento aos quais se refere. Durante o semestre e exercício findo 31.12.2022, foram apropriados ao resultado os montantes de R\$ 6.868, respectivamente (R\$ 4.116 em dezembro de 2021), apresentados na rubrica "Receita de Operações de Crédito".

17. Receitas de Prestação de Serviços:

Descrição	31.12.2022		31.12.2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de prestação serviços (1)	-	2.245	23.071
Outras receitas	1.808	3.842	6.371
Total	1.808	6.087	29.443

¹ Referem-se principalmente aos serviços prestados na concessão de crédito para operações de financiamento aos fabricantes da marca John Deere, concessionárias e distribuidores. Com base em estudos e prática de mercado identificou-se que a natureza desta atividade não tem qualquer relação com a prestação de serviço, constituindo-se essa cobrança em mera equalização de taxa. Diante disso o Banco John Deere deixou de registrar o montante que apresenta a equalização de taxa.

18. Despesas de Pessoal:

	31.12.2022		31.12.2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Remuneração	13.013	22.968	20.409
Encargos	8.137	14.080	12.662
Benefícios	3.621	6.588	5.642
Treinamento	491	769	346
Outras	2.192	3.594	3.285
Total	27.454	47.999	42.343

19. Outras Despesas Administrativas:

	31.12.2022		31.12.2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Depreciações e Amortizações (1)	2.127	3.620	3.541
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	10.618	18.828	15.745
Comunicações	375	774	922
Processamento de Dados	1.000	1.884	1.776
Propaganda, Promoções e Publicidade	2.842	2.980	2.898
Aluguéis	661	1.280	1.485
Transportes e Viagens	880	1.552	183
Serviços do Sistema Financeiro	645	1.105	816
Serviços de Vigilância e Prediais	282	500	731
Material	53	130	415
Custas Judiciais e Desp. Cobrança	77	1.399	1.150
Outras	1.779	2.747	1.908
Total	21.338	36.799	31.569

20. Outras Receitas Operacionais:

	31.12.2022		31.12.2021
	Semestre	Exercício	Exercício
Variação Monetária Ativa	47	51.297	38.623
Recuperação de Encargos e Despesas	1.855	2.885	7.427
Outras	3	4	1.232
Total	1.905	54.187	47.282

¹ Corresponde a variação monetária das operações de crédito e variação cambial das operações de empréstimos e repasses no exterior realizadas com partes relacionadas.

21. Benefícios a Empregados:

a) Plano de contribuição definida: O Banco aderiu ao Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada John Deere Prev, junto ao Bradesco Multipensions, que tem por finalidade básica a concessão de benefício a seus empregados de um complemento de aposentadoria, sendo esta através de um plano de contribuição definida. Não existe nenhuma obrigação atuarial oriunda desse plano que requeira reconhecimento contábil. As despesas de contribuição do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 1.189 e R\$ 2.239 respectivamente e R\$ 2.043 em 31.12.2021.

b) Plano de saúde: O Banco oferece aos seus empregados aposentados, a exemplo dos empregados ativos, planos de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Com base nas características do benefício pós-emprego, foi efetuado pelo atuário independente o cálculo das obrigações do Banco relativo a esse benefício pós-emprego, gerando resultado conforme o seguinte demonstrativo:

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo atuarial no início do exercício	5.090	8.057
Custo dos serviços correntes	447	548
Juros sobre obrigações atuariais	431	594
Benefícios pagos pela empresa	(81)	(109)
Ajuste de avaliação atuarial	(36)	(2.200)
Imposto de renda e Contribuição Social	(30)	(1.800)
Saldo do passivo no fim do exercício	5.821	5.090

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são:

	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto atuarial - taxa real	6,23%	5,37%
Taxa de desconto atuarial - taxa nominal	10,75%	8,53%
Inflação projetada	4,25%	3,00%
Aumento por idade ("aging fator")	3,00%	3,00%

Tábua de mortalidade geral: AT-2000; Hipótese de rotatividade: $(((2,00/idade \text{ do participante}) - 0,04) + 0,05)$. A partir de 50 anos de idade, as taxas são nulas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

22. Instrumentos Financeiros:

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez. Em virtude das operações realizadas em moeda estrangeira, os resultados do Banco estão suscetíveis a variações dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados ao dólar norte-americano (US\$). A exposição líquida do Banco ao risco de taxa de câmbio em dólar norte-americano (US\$) é conforme a seguir:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Operações de crédito	2.359.852	880.984
Outros Créditos - Com partes relacionadas	5.110	3.913
Operações de empréstimos e repasses	(2.392.731)	(918.246)
Outras obrigações - Com partes relacionadas	(4.279)	(5.459)
Exposição líquida	<u>(32.047)</u>	<u>(38.808)</u>

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração. O Banco utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos com o propósito de reduzir a exposição da carteira de empréstimos decorrentes da variação cambial na exposição da análise das contas patrimoniais estimada do Banco. A política do Banco prevê contratações de derivativos, quando necessário, para proteção de curto prazo, sendo sua intenção a de mantê-los até o seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não havia derivativos contratados.

23. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros:

Valor justo é o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data de mensuração/data-base para fins dessa demonstração financeira. Para fins da divulgação abaixo do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados contabilmente pelo custo amortizado, utilizamos a hierarquia conforme segue: • Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; • Nível 3: de técnicas de avaliação nos quais os inputs significativos não têm como base os dados observáveis de mercado. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento. Os instrumentos financeiros do Banco são mensurados contabilmente pelo custo amortizado, a tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros:

	Valor contábil	31.12.2022		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
				Valor Justo
Ativos				Nível 3
Equivalentes de Caixa	978.300	1.036	977.264	-
Operações de Crédito	13.626.644	-	-	13.483.718
Total (1)	14.604.944	1.036	977.264	13.483.718
Passivos				
Depósitos à vista	237.071	237.071	-	-
Depósitos a prazo	2.594.353	-	2.593.914	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	1.883.779	-	1.883.432	-
Obrigações por emissão Letras de crédito - LCA	60.075	-	60.065	-
Repasses do país - instituições oficiais	5.312.400	-	4.905.570	-
Obrigações por repasses Exterior	2.392.731	-	2.454.341	-
Total (1)	12.480.409	237.071	11.897.323	-
				31.12.2021
				Valor justo
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Equivalentes de Caixa	891.422	1.057	890.056	-
Operações de crédito	8.968.885	-	-	7.672.224
Total (1)	9.860.307	1.057	8.562.280	7.672.224
Passivos				
Depósitos à vista	237.185	237.185	-	-
Depósitos interfinanceiros	31.889	-	30.182	-
Depósitos a prazo	313.657	-	230.594	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	715.935	-	-	561.349
Repasses do país - instituições oficiais	5.576.728	-	4.464.371	-
Obrigações por repasses Exterior	918.246	-	847.897	-
Total (1)	7.793.640	237.185	6.134.393	561.349

(1) Valor justo dos instrumentos financeiros é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e taxas divulgadas pela B3 SA. - Brasil, Bolsa, Balcão.

24. Limites Operacionais:

Em 31 de dezembro de 2022, os limites mínimos de capital exigidos foram de 8% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6% para o Índice de Nível I e de 4,5% para o Índice de Capital Principal. Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Basileia do Banco John Deere atingiu 14,48% (sendo composto somente pelo Nível I de capital). O Índice de Alavancagem, que é monitorado mensalmente, alcançou 12,83%, enquanto em 31.12.2021 apresentou um índice de 17,36%.

A seguir os principais indicadores em 31 de dezembro de 2022 e o comparativo com o exercício anterior, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	Banco John Deere	
	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio de Referência ¹	1.985.323	1.740.533
Nível I	1.985.323	1.740.533
Capital Principal	1.985.323	1.740.533
Capital Complementar		
Nível II		
Ativos Ponderados pelo Risco	13.706.062	8.503.098
Risco de Crédito ²	13.132.957	7.977.143
Risco de Mercado ³	13.053	5.530
Risco Operacional ⁴	560.051	520.424
IRBBB ⁵	300.542	64.383

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 para os semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e exercício de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Requerimentos Mínimos de Capital

	Banco John Deere	
	31.12.2022	31.12.2021
Índice de Capital Principal	14,48%	20,47%
Índice de Nível I	14,48%	20,47%
Índice de Basileia	14,48%	20,47%
Índice de Basileia Amplo (inclui IRRBB)	11,37%	18,70%
Índice de Imobilização	0,21%	0,25%

¹ O CMN, por meio da Resolução nº 4.955/21, define o Patrimônio de Referência, para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis, Nível I e Nível II, em que o Nível I consiste no somatório de Capital Principal e Capital Complementar. A apuração é composta por itens integrantes do patrimônio líquido aplicado deduções e ajustes prudenciais, além dos instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas.

² Parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWAcpad), conforme estabelecidos na Circular BACEN nº 3.644/13.

³ Parcela referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada (RWAcam). O Banco não possui operações classificadas na carteira de negociação.

⁴ Parcela relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAopad), de que trata a Circular BACEN nº 3.640/13.

⁵ De acordo com a Circular nº 3.876, o Banco John Deere considera os valores calculados para Δ EVE e Δ NII na apuração do valor de PR mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).

O Banco John Deere divulga, trimestralmente, informações (não auditadas) referentes à Gestão de Riscos. O relatório com maior detalhamento das premissas, da estrutura e das metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.johndeere.com.br/Banco. As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

25. Gerenciamento de Riscos e Gestão de Capital:

Em conformidade com o disposto nas Resoluções CMN nº 4.553/17 e nº 4.557/17, o Banco John Deere mantém uma estrutura para gerenciamento de risco e capital compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos estabelecidos pela instituição. Esta estrutura é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição, além de ser capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e do mercado de atuação.

- Risco de crédito: a gestão de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com a natureza do negócio. O modelo de negócio define os mercados de atuação, o qual é composto por financiamento de equipamentos, peças e serviços John Deere para clientes que tem sua atividade voltada aos mercados agrícola, construção civil e florestal, além dos concessionários e distribuidores John Deere. As políticas de crédito são definidas de acordo com as diretrizes globais da corporação, alinhadas aos objetivos de negócios e às práticas de mitigação de risco, e a política de gestão de risco de crédito define as principais ferramentas que são utilizadas para sua gestão.
- Risco de mercado: o monitoramento do risco de mercado é realizado por meio do VaR - "Value at Risk", *Backtesting*, Teste de Estresse, Teste de Aderência e Limites Prudenciais. De acordo com a Circular nº 3.876 o Banco John Deere considera os valores calculados para Δ EVE e Δ NII na apuração do valor de PR mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB). O VaR é utilizado apenas como uma métrica para análises gerenciais. As atividades relacionadas ao processo de mensuração, avaliação, análise e reporte dos riscos estão descritas na política de risco de mercado.
- Risco de liquidez: em consonância com a estratégia da instituição e considerando o atual modelo de negócios, o Banco John Deere utiliza como métrica a Análise de descasamentos (Gap), Limites de Risco de Liquidez e Análise de Sensibilidade para identificar fatores que possam comprometer a estabilidade financeira da instituição. Os princípios a serem utilizados no gerenciamento do risco de liquidez do Banco estão definidos na política de risco de liquidez.
- Risco operacional: a gestão do risco operacional ocorre de forma integrada com a execução de processos pelas áreas de negócio. São considerados eventos de risco operacional aqueles que se referem às falhas, às fraudes, às deficiências ou às inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Adicionalmente, é realizado anualmente a revisão do processo de "Autoavaliação de Riscos e Controles".
- Gestão de capital: o gerenciamento de capital é realizado por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais o Banco está sujeito e de planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As atividades são realizadas conforme diretrizes definidas na política de gerenciamento de capital do Banco.
- Razão de alavancagem: conforme estabelecido na circular 3.748/15, a apuração da razão de alavancagem (RA) é dado pelo quociente do montante do Capital Nível I sobre a exposição total da instituição.

O monitoramento do índice é realizado mensalmente. Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, bem como os relatórios relacionados, podem ser consultados no endereço eletrônico www.johndeere.com.br/Banco, que não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

26. Outras Informações:

No início deste exercício de 2022 ocorreu a intensificação da tensão no leste europeu, com a guerra entre Rússia e Ucrânia. Em resposta a essa ação, muitos países sancionaram atividades econômicas à Rússia, o que ocasionou descontinuidade de atividades com este país.

Atividades petrolíferas e agrícolas foram afetadas mundialmente, em função da representatividade de atuação da Rússia no fornecimento de petróleo e fertilizantes, os mercados financeiros globais inicialmente caíram acentuadamente e permanecem voláteis, e os preços das commodities dispararam.

O Banco não identificou impactos diretos em suas atividades econômicas oriundas da ação entre os dois países, bem como não há reflexos nas Demonstrações financeiras. Os impactos causados pela guerra restringiram a oferta global e proporcionou aumentos de preços, os fluxos comerciais globais se deslocaram da Ucrânia/Rússia para outros grandes exportadores (Milho: EUA, Brasil, Argentina; Trigo: EUA, UE, Canadá, Argentina, Austrália), resultando em preços mais altos.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco John Deere S.A. foi formado por deliberação do Conselho de Administração em conformidade com as normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e homologado pelo Banco Central do Brasil tendo dentre suas atribuições, o assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e acompanhamento do cumprimento das exigências legais e regulamentares. O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco John Deere S.A. manifesta que, reuniu-se ao primeiro trimestre de 2022 para análise de assuntos de sua competência, cujo funcionamento é disciplinado pelo seu regimento interno, e pelas regulamentações do Banco Central do Brasil.

Nessas oportunidades, foram focados diversos temas, destacando-se: apresentação do plano de trabalho da Auditoria Independente, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício, principais variações comparado com o semestre anterior, e acompanhamento das atividades de auditoria interna, a avaliação dos sistemas empregados para controles internos e gestão de riscos.

De forma mais detalhada, foram avaliados os seguintes assuntos:

- Monitoramento da atuação da auditoria independente, análise de seus relatórios e dos pontos de recomendação emitidos;
- Análise do cronograma semestral de atividades, sua execução e dos relatórios preparados pela auditoria interna;
- Apreciação e discussão de temas relevantes levantados nos relatórios de auditoria independente e interna;
- Apreciação das Informações da Demonstrações Financeiras Semestrais da Empresa, e;
- Apreciação dos resultados de Auditoria de Crédito e Concessionários, relatório de deficiências e cronograma para o próximo semestre.

Conclusão: Embasado nas atividades descritas, consideradas as responsabilidades e limitações naturais do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras individuais do Banco John Deere S.A. relativas ao semestre e exercício findos em 31 de Dezembro de 2022.

Membros do Comitê de Auditoria:

Fabiola da Silva Alves
Diretora Financeira

Alex Brauveres Ferreira
Diretor de Crédito

Israel Gobatto de Oliveira
Diretor Strategy & Bus. Transformation R3

Maria Salete Cogo do Amaral
Contadora - CRC 1SP 323732/O-5

DIRETORIA

Alex Brauveres Ferreira
Diretor

Israel Gobatto de Oliveira
Diretor

Fabiola da Silva Alves
Diretora

Maria Salete Cogo do Amaral
Contadora - CRC 1SP 323732/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Banco John Deere S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco John Deere S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco John Deere S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Por que é um PAA?* A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do BACEN, especificamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99, sendo estimada com base nas análises das operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor, de acordo com as políticas internas do Banco, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.4 às demonstrações financeiras. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é conduzida com a utilização de metodologia interna na determinação do "rating" do tomador do crédito e envolve julgamento sobre os fatores de risco dos clientes e das operações, tais como o histórico de inadimplência, situação econômico-financeira, grau de endividamento, atraso, setor de atividade econômica, garantias, região de atuação, entre outros. Devido à relevância das operações de crédito e pelo fato de envolver julgamento da Administração na estimativa da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e da metodologia interna utilizada na determinação do "rating"; (ii) entendimento dos controles que permeiam o processo de determinação do "rating"; (iii) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do "rating" de crédito em base amostral; (iv) análise do nível de provisionamento total das carteiras; (v) recálculo dos valores provisionados; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria, consideramos que os critérios adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023



Banco
JOHN DEERE

<https://www.deere.com.br/pt/financiamento/banco-john-deere/>